UM CONTRAPONTO DO MANGUE: TERRITÓRIOS PESQUEIROS, PETRÓLEO, MONOCULTURA E JUSTIÇA AMBIENTAL NO RECÔNCAVO DA BAHIA

Nando Paulo Suma [1], Rafael Palermo Buti [2]

RESUMO

O projeto analisou a relação dos pescadores artesanais com áreas de degradação ambiental em São Francisco do Conde, com foco nos pescadores de guaiamuns dos territórios de Dom João e Baixa Fria. Conjugando etnografia da pesca, presença em reuniões comunitárias, análise bibliográfica e elaboração de cartografias, conhecemos aspectos dos modos de vida dos pescadores, bem como casos de conflitos socioambientais, devastação ambiental, racismo ambiental e processos de resistência nas paisagens de manguezal da cidade. Pretendeu-se, também, conhecer as estratégias de recuperação do mangue por parte dos pescadores, suas redes de colaboração coletiva, concepções de pesca e percepções de degradação, além de mapear o campo de produção sobre manguezal, petróleo e monocultura na região. Uma especial atenção foi dada à relação dos pescadores com as demandas do Plano Local de Recuperação do Guaiamum, ligado ao ordenamento da pesca por parte do Ministério do Meio Ambiente. O projeto contribuiu para a compreensão antropológica da história social e ambiental do Recôncavo da Bahia a partir das paisagens de manguezal, além de fomentar o debate sobre proteção dos territórios pesqueiros a partir dos engajamentos comunitários e modos de gestão estatal.

Palavras-chave:

Território Pesqueiro. Justiça Ambiental. Guaiamum (cardisoma guaiamuni).

[1] UNILAB, IHL, Discente, e-mail: nandopaulosuma@gmail.com
[2] UNILAB, IHL, Docente, e-mail: rafaelpbuti@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

Quatro são os fatores que justificam o projeto. O primeiro é a necessidade de um olhar antropológico sobre as áreas de manguezal no Recôncavo da Bahia. Nem a farta historiografia do Recôncavo, nem sua sociologia e antropologia, ao longo de décadas de importante reflexão, lançaram luzes fortes sobre a vida dos pescadores de guaiamum e caranguejo com foco nas paisagens do mangue. Conjugar o olhar antropológico com análise documental e bibliográfica é localizar o mangue na história e no presente dos lugares, contribuindo para a produção de conhecimento sobre o tema. O segundo fator diz respeito à necessária investigação dos processos de contaminação, morte e ressurgência nas áreas de manguezal, visto a ocorrência destes nos modos de vida dos pescadores. O terceiro diz respeito ao mapeamento das estratégias locais de cuidado e preservação dos territórios pesqueiros, nos permitindo conhecer formas de mobilização coletiva diante dos processos de precarização do mangue. A partir dessas estratégias podemos mapear os "contrapontos" engajados pelos pescadores artesanais ao histórico de invisibilidade e racismo ambiental sofridos. O quarto fator diz respeito à proposta de um diálogo com uma literatura já consagrada sobre o Recôncavo. A noção de contraponto tem sido utilizada na literatura para compreender diferentes momentos socioeconômicos e produtivos do Recôncavo, com destaque à produção de mandioca e extração de petróleo em relação à monocultura açucareira nos séculos XIX e XX (BARICKMAN, 2003; SANSONE, 2006). Nenhum contraponto deu às áreas de manguezal seu devido estatuto como perspectiva e lugar de vida e relação. O presente projeto se justifica justamente com a proposta de ocupar essa lacuna.

METODOLOGIA

O projeto analisou a pesca artesanal de guaiamum nos territórios da Baixa Fria e Dom João. Das atividades executadas conforme o planejamento, destacam-se: Reunião da equipe do projeto, Mapeamento e Leitura da literatura sobre manguezal, pesca artesanal e indústria do petróleo no Recôncavo; Levantamento e diálogo junto aos pescadores artesanais de Dom João, Baixa Fria, São Brás, Cambuta e Acupe, com foco nos catadores de guaiamum; Reunião ampliada junto aos coletivos pesqueiros dessas comunidades para acompanhar a elaboração do Plano de Recuperação Local do Guaiamum; Acompanhamento da prática da pesca junto aos pescadores artesanais em São Francisco do Conde; Mapeamento dos territórios pesqueiros e paisagens devastadas. As ações estiveram organizadas a partir de três eixos de atividades complementares, conjugando pesquisa bibliografia, pesquisa de campo e material .

O plano Local de Recuperação do Guaiamum em São Francisco do Conde e Santo Amaro

Procurando regulamentar a pesca do guaiamum, o Ministério do Meio Ambiente publicou a Portaria 445, informando a "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos". Na lista , o guaiamum figurava como "criticamente em perigo". Pelo que temos constatado junto aos pescadores, a sua diminuição se dá em regiões sem um controle sobre os habitats e a prática da pesca. Na região de Canavieiras, onde existe uma Unidade de Conservação, há relatos de abundância de guaiamuns, determinada pela proteção dos lugares e controle sobre a pesca. Pescadores artesanais do recôncavo tem defendido que o principal agente responsável pela diminuição de guaiamum é a perda de habitat e a contaminação nas áreas de manguezal, em decorrência da implementação das indústrias petroquímicas ao longo da Baía de Todos os Santos. Levando em consideração as diferentes realidades de ocorrência do guaiamum no território nacional, em julho de 2018 o MMA publicou a Portaria Interministerial 38, de 26 de julho de 2018, intitulada Plano de Gestão Local do Guaiamum. Este Plano dispõe sobre as ações legais para a captura do animal, incluindo mapeamento das áreas de captura e automonitoramento por parte dos pescadores. Segundo o Plano, a partir de novembro de 2019, só poderão ser capturados guaiamuns em áreas que apresentem o Plano de Gestão local do Guaiamum. Diante dessa recente demanda, no dia 09 de outubro de 2018 fizemos nosso primeiro encontro na comunidade quilombola de Acupe, localizada em Santo Amaro, onde nos reunimos com pescadores desta localidade e de Dom João com vistas a pensar as estratégias comunitárias em torno do Plano de Gestão Local do Guaiamum. A reunião foi realizada junto a Articulação

Subaé, uma rede de colaboradores junto aos quilombos de Acupe, Cambuta, Dom João, e São Brás mediada pelo Conselho Pastoral dos Pescadores. A primeira estratégia comunitária em torno da discussão sobre o Plano foi a replicação do berçário de guaiamum construído pelo Sr. José no quilombo Dom João. Para isso, no mês seguinte nos reunimos na casa de um dos pescadores, para que José mostrasse o berçário aos pescadores de outras localidades, ensinasse seu funcionamento e as formas de sua engenharia para construção. O berçário é uma cavidade de um metro de profundidade por um metro e meio de largura cercada por tijolos e coberta por uma tela, construído há mais de vinte anos na antiga viga de aço que sustentava uma refinaria de petróleo bruto extraído do manguezal. Para gerenciá-lo, seu Zé segue o ciclo de vida e reprodução do guaiamum. Durante o período de acasalamento (janeiro e fevereiro), Seu Zé traz do mangue para seu quintal as fêmeas ovadas, conhecidas como patachocas. Ao colocá-las no berçário, ele as mantém protegidas até a lua cheia de março. É no berçário de gaiamunas que Zé cuida das fêmeas ao longo dos anos. Alimenta-as, além de regular a água e manter relação, diálogo e cuidado com os buracos dos guaiamuns do entorno, alguns dos quais, segundo o mesmo, abertos pelos filhotes ali nascidos. O que motivou a criação do berçário foi a percepção da diminuição da ocorrência de guaiamuns diante do desmatamento das fazendas; da contaminação por petróleo; e do desemprego na cidade, motivo que conduz sua população pobre às áreas de pesca. A percepção da diminuição da população de guaiamuns é compartilhada por boa parte dos pescadores com os quais mantivemos interlocução. Ao trazer as fêmeas para o berçário, Zé entende contribuir para a proteção das mesmas e reprodução da espécie. O berçário é uma iniciativa local de recuperação da espécie guaiamum. Diante desse conhecimento transmitido aos demais pescadores, foi planejada para dezembro de 2018 a construção do berçário de guaiamum no quilombo de Acupe, em Santo Amaro. Neste dia acompanhamos o trabalho de construção de Berçário no quintal de uma das moradoras do local. O trabalho contou com a mão de obra comunitária e voluntária, sendo Sr. Zé o coordenador das atividades. Como reprodutor de guaiamuns, a intenção é que o berçário sirva como iniciativa local de preservação do bioma mangue a partir do uso sustentável, compondo a agenda positiva do Plano de Gestão do Guaiamum. Em junho de 2019 foi dada continuidade às atividades ligadas ao Plano de Gestão Local do Guaiamum. Uma reunião realizada em Acupe foi organizada pela CPP, contando com a participação ampla de pescadores artesanais da região. Nessa reunião os pescadores decidiram por construir um planejamento de atividades conjuntas para a elaboração do Plano de Gestão Local do Guaiamum, sendo organizado um roteiro abarcando os territórios pesqueiros de uso das comunidades de Acupe, Cambuta, São Brás e Dom João.

Territórios de Guaiamuns e Gaiamunzeiros em São Francisco do Conde

No tocante ao trabalho de acompanhamento dos pescadores em suas práticas de pesca, a metodologia utilizada foi a etnografia, a partir da qual analisamos as técnicas de pesca, padrões de paisagem, localização dos territórios pesqueiros e áreas degradadas com ênfase nos territórios dos gaiamunzeiros. Ao longo de 2018 e 2019, foram realizados acompanhamentos de pesca junto a um pescador de Dom João, percorrendo as seguintes localidades: Baixa Fria, Dom João, Marapé, Trinta e Um e Ilhota. O trabalho foi desenvolvido utilizando diário de campo, máquina fotográfica e aparelho de georreferenciamento no celular móvel. Análise de imagens aéreas nas interfaces do GoogleEarth e OpenStreetMaps também permitiu uma melhor compreensão do território de pesca em relação à degradação ambiental, subsidiando a composição dos mapas.

A Pesca

Os guaiamuns são crustáceos de carapaça azulada encontrados ao longo da Costa Atlântica e Caribe na América tropical e subtropical, sendo comuns no litoral Sudeste e Nordeste do Brasil. Diferente de outros crustáceos, que ocupam as áreas mais úmidas do manguezal (como o caranguejo-uçá e o aratu), os guaiamuns vivem quase sempre em locais entre o manguezal lamacento e a área de transição entre este e a mata, em terrenos arenosos e úmidos. São animais de valor alimentar e comercial, alvos tradicionais de captura pelos moradores das áreas litorâneas, incluindo o Recôncavo da Bahia, onde a pesca no manguezal sempre compôs a realidade de vida dos seus moradores. Embora a captura de guaiamum seja prática comum

e até corriqueira entre os habitantes da região, poucos são os pescadores que fazem desse tipo de pescaria atividade exclusiva para obtenção de renda, sobretudo pela escassez de sua ocorrência em decorrência de dois principais fatores: a perda de habitat determinada pelo desmatamento, contaminação e degradação das áreas de manguezal; e a ausência de regulamentação sobre a sua captura, sobretudo de incentivo e proteção do Estado aos pescadores durante a época da reprodução dos animais. Em Dom João, apenas dois pescadores trabalham exclusivamente com guaiamum. Na Baixa Fria, dois o fazem, sendo que um intercala a atividade com o trabalho na prefeitura municipal da cidade. Andar por entre fazendas, encostas, cercas e aterros das estruturas do petróleo, percorrer caminhos próximos ou distantes de suas residências até chegar ao lugar preterido, atravessar rios a canoa, caminhar por horas com lama até os joelhos na procura das tocas, na arrumação das armadilhas, sozinho ou em dupla ou trio, é a condição da pesca dos gaiamunzeiros e caranguejeiros da região. Não há um território fixo que ligue determinado pescador a determinado lugar. Moradores de Dom João podem pescar no Trinta e Um, moradores de Campinas podem pescar na Baixa Fria, moradores da Baixa Fria podem pescar no Marapé. Há também o trânsito de pescadores advindos de outros municípios, como moradores de Santo Amaro que utilizam as áreas de Marapé para pegar caranguejo. Embora a proximidade da residência com determinado lugar de mangue seja fator importante, ela não determina o local de pesca. Não encontrar buracos de guaiamuns grandes e a presença massiva de outros pescadores trabalhando tendem a afastar o pescador de determinado lugar. Guaiamuns e Caranguejos vivem nas áreas de manguezal: estes nas áreas de lama, aqueles, em seu entorno, nas encostas do mangue. Por isso, o modo de pesca de ambos os crustáceos não se faz a nado, ou no rio, mas andando. Por isso há quem diga que quem vive da pesca desses crustáceos em área de manguezal não é somente um pescador, mas um "pescandador", por praticar um tipo de pesca que se faz andando. Um bom gaiamunzeiro possui uma percepção acurada dos ambientes das encostas do mangue onde vivem os guaiamuns, sabendo à distância e facilmente se a área que irá percorrer tem guaiamuns grandes, médios ou pequenos entocados. Geralmente não pegam os pequenos, tampouco as fêmeas. Conhecem, também as áreas contaminadas por petróleo, bem como as ruínas da Petrobras que compõem as paisagens de manguezal da cidade. Em algumas ocasiões se valem de lugares aterrados pelas estruturas do petróleo para acessar os ambientes de pesca. Tão logo chegam em alguma área de pesca, já sabem se ali terão ou não sucesso na empreitada: se o mangue estiver "batido" significa que outros gaiamunzeiros já capturaram os animais, o que pode fazer, inclusive, com que mude de trajeto e território de pesca naquele dia. Guaiamuns são capturados com uma armadilha chamada "ratoeira", material feito com cano de PVC. Os gaiamunzeiros as colocam na entrada das tocas dos guaiamuns. Há um ferro localizado na extremidade do fundo da ratoeira, onde de coloca o limão para atrair o animal. Um outra extremidade fica a tampa móvel aberta: basta que o guaiamum saia de seu buraco atraído pelo cheiro do limão, e busque mordiscá-lo, para que o ferro, mexido, feche a tampa. É assim que guaiamuns são capturados pelos gaiamunzeiros no Recôncavo da Bahia. Com as ratoeiras armadas no saco, o guaiamunzeiro caminha procurando as tocas com guaiamuns dentro: um bom critério para saber se há guaiamum na toca é o tamanho do buraco e o tamanho do cocô que fica em sua entrada. O próprio formato das fezes indica se o mesmo é macho ou fêmea, pequeno ou grande. Se for grande, o pescador tapa a toca com a extremidade aberta da ratoeira, cobrindo seu contorno com areia e folhas, para manter o campo visual do guaiamum o mais escuro possível. Se o gaiamunzeiro tem 30 ratoeiras, ele buscará "fechar" sessenta buracos em duas rodadas: trinta na primeira leva, e trinta na segunda. Uma média de uma hora separa o tempo que o pescador fechou o buraco do tempo que ele o abrirá para conferir se os buracos estão "batidos", ou seja, se o bicho está dentro da ratoeira. Se sim, ele simplesmente recolhe a ratoeira com o guaiamum dentro, e a coloca no saco; se não ele retira a ratoeira vazia, limpa o buraco e segue seu caminho. Se for pequeno ou fêmea ele a devolve aos ambientes. Trata-se, portanto, de quatro momentos da pesca: o primeiro e o terceiro configuram os de "armar ratoeiras", quando o gaiamunzeiro procura os buracos com guaiamum e os vai tampando com a ratoeira: o segundo e o quarto são os caminhos de retirada das armadilhas nos buracos a partir da memorização das ratoeiras armadas. Idealmente, uma boa pescaria para o gaiamunzeiro implica ter feito, com sucesso, as duas rodadas com todos os buracos "batidos". Nos dois intervalos, o gaiamunzeiro pode descansar um pouco no mato, colher frutos pra levar pra casa, como o dendê (que serve de alimento para o guaiamum), fumar seu cigarro, bebericar uma cachaça e fazer a sua refeição. Ainda no mangue, o gaiamunzeiro amarra os guaiamuns nas cordas: cada corda tem 10 guaiamuns amarrados, que

serão ou assim vendidos, ou levados aos viveiros na casa do próprio pescador, onde serão alimentados antes da comercialização. O pescadores não costumam voltar pra casa depois das 13 horas da tarde. Trabalham geralmente de cinco a seis dias na semana. Ocorrência de Guaiamuns, os territórios pesqueiros da cidade são também compostos por estruturas da Petrobras, uma vez que a cidade foi um dentre os primeiros lócus de sua exploração no país, ainda nos anos 1950. São Francisco do Conde ainda produz petróleo, e figura, por conta dos seus royalties, como um dentre os municípios com a maior renda per capita nacional. Tal riqueza não implicou uma melhora na qualidade de vida dos seus cidadãos, de maioria negra, haja vista o baixo IDH conjugado a um elevado índice de Gini: o que faz de sua população ter dificuldades de acesso à terra e uma qualidade de vida com indicadores sociais de grande vulnerabilidade (Sansone, 2007; Geografar, 2015). Pela relação histórica da cidade com a cadeia petroleira nacional, suas áreas de manguezal são ocupadas tanto pelas novas e desativadas infraestruturas da Petrobras quanto pela presença do que seus moradores chamam de "prainha": nome dado ao mangue morto pela contaminação por vazamento de petróleo. As paisagens da prainha na cidade são reconhecidas pela ausência das espécies de árvores de mangue vermelho e branco e, portanto, das muitas vidas que ali vivem às suas sombras, sobretudo os crustáceos e moluscos que se alimentam das e nas folhas e raízes. Além das prainhas, o projeto mapeou outros padrões de perturbação nas paisagens dos manguezais da cidade: os aterros produzidos para extrair e escoar o óleo; as bases de exploração e escoamento do petróleo, ativadas ou desativadas; além do sistema de tubulação, que ocasiona vazamentos. Todas as áreas de ocorrência de guaiamuns acima referenciadas apresentam padrões de perturbação das paisagens por conta das estruturas do petróleo, com ocorrência de prainhas, aterros e bases de exploração do petróleo ativadas e desativadas. Trata-se de um conjunto de lugares que conformam as diferentes perturbações da cadeia petroleira do manguezal nas áreas de pesca nas localidades do entorno da Baixa Fria e Dom João, com alto efeito contaminante nas espécies e nos ambientes. Percebe-se que os territórios de pesca artesanal são conformados pelas estruturas de petróleo, onde não somente que as áreas de mangue morto e estruturas ativadas e desativadas compõem a realidade da pesca, mas servem como rota e caminho da prática, como no caso de alguns aterros sobre as áreas de mangue, que criaram refugos para que tanto humanos quanto guaiamuns pudessem percorrer. Ou seja, para dirigir-se aos locais de pesca, pescadores artesanais lidam diariamente com as estruturas do petróleo ativadas ou desativadas, relacionando-se com espécies e ambientes igualmente contaminados. Além disso, boa parte da área de manguezal é contornada por fazendas de gado e monocultura de cana-de-açúcar, o que diminui ainda mais a ocorrência dos guaiamuns, que vivem justamente nessas áreas de transição entre o mangue e a floresta. A perda da habitalidade da espécie se configura como a principal força da diminuição de sua ocorrência: essa é uma percepção dos próprios pescadores levada às reuniões comunitárias. Esse dado é muito importante, e evidencia a controvérsia nas políticas de gestão ligadas ao marco regulatório do guaiamum, que tendem a culpabilizar a prática da pesca pela diminuição da espécie, e não seu principal agente: o desmatamento e a contaminação. O Plano de Gestão Local do Guaiamum pretende ser uma ferramenta que, além de regular a pesca e valorizar os saberes dos pescadores em relação aos seus ambientes de vida, reivindicará o direito aos habitats dos guaiamuns como medida importante de sua existência. Esse tencionamento é traço importante do "contraponto do mangue" a que estamos propondo, porque traz as formas de vida de guaiamuns e gaiamunzeiros como crítica ao modelo de desenvolvimento do Recôncavo alicerçado pela monocultura, concentração fundiária e fomento à indústria petroleira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os territórios de pesca artesanal nas áreas de manguezal da Baixa Fria e Dom João e seu entorno em São Francisco do Conde são conformados pelas estruturas de petróleo. Percebe-se não somente que as áreas de mangue morto e estruturas ativadas e desativadas compõem a realidade da pesca, mas servem como rota e caminho da prática, como no caso de alguns aterros sobre as áreas de mangue em Dom João, Marapé, Trinta e Um e Baixa Fria, que criaram refugos para que tanto humanos quanto guaiamuns pudessem percorrer. Ou seja, para dirigir-se aos locais de pesca, pescadores artesanais lidam diariamente com as estruturas do petróleo ativadas ou desativadas, relacionando-se com espécies e ambientes igualmente contaminados. Além

disso, boa parte da área de manguezal é contornada por fazendas de gado e monocultura de cana-de-açúcar, o que diminui ainda mais a ocorrência dos guaiamuns, que vivem justamente nessas áreas de transição entre o mangue e a floresta. A perda do habitat da espécie guaiamum se configura como a principal força da diminuição de sua ocorrência: essa é uma percepção dos próprios pescadores levada às reuniões comunitárias. Esse dado é muito importante, e evidencia a controvérsia nas políticas de gestão ligadas ao marco regulatório do guaiamum, que tendem a culpabilizar a prática da pesca pela diminuição da espécie, e não seu principal agente: o desmatamento e a contaminação. O Plano de Gestão Local do Guaiamum pretende ser uma ferramenta que, além de regular a pesca e valorizar os saberes dos pescadores em relação aos seus ambientes de vida, reivindica o direito aos habitats dos guaiamuns como medida importante de sua existência. Esse tencionamento é traço importante do "contraponto do mangue" a que estamos propondo, porque traz as formas de vida de guaiamuns e gaiamunzeiros como crítica ao modelo de desenvolvimento do Recôncavo alicerçado pela monocultura, concentração fundiária e fomento à indústria petroleira, que historicamente inviabilizou o manguezal e às práticas de quem dele depende como renda e segurança alimentar. Quem o faz são homens e mulheres nascidos na cidade e pertencentes às camadas mais empobrecidas da população, sem direito a sua condição de pescador de guaiamum e caranguejo reconhecida pelos órgãos oficiais. Além de fonte de renda, os crustáceos são em algumas ocasiões a única fonte de alimento dos mesmos, o que evidencia a importância da preservação do mangue para a segurança alimentar.

CONCLUSÕES

Considera-se que a questão da degradação ambiental afeta grandemente a vida de muitos cidadãos do recôncavo baiano, no que tange a pesca e proveito de outros recursos advindos do mar por meio dos manguezais que também se encontram em processo de devastação e contaminação decorrentes das atividades da indústria petrolífera instalada na região. Para tal, faz-se importante a promoção de justiça socioambiental respeitando as perspectivas dos próprios pescadores. Por isso, espera-se que se crie junto ao poder local estratégias de cuidado e preservação do manguezal e dos territórios de vida e ocupação dos gaiamunzeiros e demais pescadores artesanais da região.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos pescadores artesanais de Dom João, Cambuta, Acupe e São Brás, bem como o Conselho Pastoral da Pesca da Bahia, na figura de Conceição Pereira. Agradecemos à FAPESB e a Unilab, pela financiamento da pesquisa;

REFERÊNCIAS

GEOGRAFAR. Comunidade Negra Rural Quilombola Porto de Dom João Relatório Preliminar, 2015

PORTARIA MMA Nº 445, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014 – Ministério do Meio Ambiente

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 38, DE 26 DE JULHO DE 2018 - SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E DA PESCA

SANSONE, Livio. Contraponto baiano do açúcar e do petróleo: São Francisco do Conde, Bahia 50 Anos Depois, In Pereira e Sansone, Projeto Unesco no Brasil: textos críticos, Salvador, Edufa, pp. 194-218